

*EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PERÍODO
DITATORIAL E PÓS-DITATORIAL NO BRASIL: UMA
BREVE ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO*

YOUTH AND ADULTS EDUCATION IN THE DICTATORIAL AND POST-DICTATORIAL
PERIODS IN BRAZIL: A BRIEF ANALYSIS OF ALPHABETIZING AND LITERACY
PROGRAMS

EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN EL PERÍODO DE DICTADURA Y POS-
DICTADURA EN BRASIL: UN BREVE ANÁLISIS DE LOS PROGRAMAS DE
ALFABETIZACIÓN Y LETRAMENTO

Carla Karoline Veloso Costa

Aluna do Grupo UNINTER do curso de especialização em Alfabetização e Letramento, Pedagoga formada pela Universidade Federal do Maranhão.

Fernanda Bresolin

Professora Orientadora de TCC do Grupo UNINTER, graduada em Comunicação Social - Jornalismo (Universidade Tuiuti do Paraná) e em Pedagogia (UNINTER). Pós-graduada em Alfabetização e Letramento (UNINTER).

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, mais especificamente no período ditatorial e de redemocratização. A reflexão foi realizada por meio de análise documental sobre os caminhos percorridos pela EJA, bem como os programas e políticas que organizaram o movimento no país. Foram utilizadas fontes bibliográficas de pesquisa abrangendo o contexto de 1930 a 2000. As obras analisadas apresentam os fatos e discorrem sobre possíveis soluções no campo teórico sobre o problema do analfabetismo e do fracasso escolar. A educação tecnicista e o viés ideológico tomaram conta da EJA durante o regime militar, extinguindo propostas por uma educação transformadora. Anos depois, com o processo de redemocratização política, a EJA voltou a ser debatida com a sociedade. Diante das análises o que se considera é que com base em documentos legais, a EJA foi reconhecida como responsabilidade do Estado, mas na prática nunca recebeu investimentos necessários para poder concretizar a sua proposta pedagógica, o que a tornou compensatória e emergencial.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Analfabetismo. Alfabetização e letramento.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the historical context of Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, more specifically in the dictatorial and redemocratization periods. The reflection was held through documentary analysis on the paths taken by the EJA, as well as the programs and policies that organized the movement in the country. Bibliographic sources of research covering the context from 1930 to 2000 were used. The analyzed works present the facts and discuss possible solutions in the theoretical field about the problem of illiteracy and school failure. Technician education and ideological bias took over the EJA during the military regime, extinguishing proposals for a transformative education. Years later, with the process of political redemocratization, EJA was again debated with society. Given the analysis, it is considered that, based on legal documents, EJA was recognized as the responsibility of the State, but in practice it has never received the necessary investments to realize its pedagogical proposal, resulting in compensatory and emergency efforts.

Keywords: Youth and Adult Education. Illiteracy. Alphabetizing and literacy.

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión acerca del contexto histórico de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Brasil, más específicamente durante el período de la dictadura y de la redemocratización. La reflexión se realizó por medio de análisis documental sobre los caminos recorridos por la EJA, así como los programas y políticas que organizaron el movimiento en el país. Se utilizaron fuentes bibliográficas de investigación sobre el contexto desde 1530 a 2000. Las obras analizadas presentan los hechos y discurren sobre posibles soluciones en el campo teórico sobre el problema del analfabetismo y del fracaso escolar. La educación tecnicista y la orientación ideológica controlaron la EJA durante el régimen militar, eliminando propuestas por una educación transformadora. Años después, con el proceso de redemocratización política, la EJA volvió al debate público. Con el análisis hecho, se comprobó que, sobre la base de documentos legales, la EJA ha sido reconocida como responsabilidad del Estado, pero nunca recibió inversiones necesarias para poder concretar su propuesta pedagógica, lo que resultó en esfuerzos compensatorios y realizados para afrontar emergencias.

Palabras-clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Analfabetismo. Alfabetización y letramento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os avanços dos programas e ações federais de alfabetização e letramento de jovens e adultos no período da ditadura militar e da redemocratização brasileira.

A motivação pela pesquisa se deu a partir dos estudos sobre alfabetização de jovens e adultos no curso de especialização em alfabetização e letramento. Nesse processo, foram importantes as reflexões sobre o contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil de Sérgio Haddad e Maria Clara di Pierro (2000). A história da educação também foi estudada, tendo como base os autores Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), Arnaldo Niskier (1989), Maria Luísa Santos Ribeiro (2000), entre outros.

Para a realização dessa pesquisa surgiu a seguinte pergunta: Como se estabeleceram as ações e programas de alfabetização e letramento de jovens e adultos nos períodos de ditadura militar (1964 – 1985) e da redemocratização brasileira? Por hipótese, de forma intuitiva, acredita-se que os pressupostos escolares e sua organização desfavoreceu a educação de jovens e adultos (EJA) ao longo do regime militar.

Para dar conta desse trabalho a metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre a história recente dos aspectos legais e legislação, utilizando autores como Cartolano (1981), Romanelli (2002), Silveira (1991) e textos oficiais como a Constituição Federal do Brasil (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996) a fim de conhecer a trajetória da educação de jovens e adultos no currículo escolar brasileiro

durante o regime militar e também no período pós-redemocratização e as influências ideológicas que a permeiam.

O artigo tem uma estrutura de três capítulos. No primeiro capítulo são apresentados e discutidos os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa e o contexto histórico que antecedeu o regime militar. Assim, o segundo capítulo é composto pelos aspectos mencionados acima e também reflexões sobre a educação escolar; os autores que fundamentaram essa abordagem foram Friggoto (1986), Aranha (1996), Libâneo (1994) e Freire (2005), entre outros.

No terceiro capítulo, será feita uma reflexão sobre as ações federais do período pós-redemocratização, será realizada também uma análise das medidas, programas e também dos aspectos legais que fundamentaram as decisões, bem como será observada a natureza ideológica que dirigiu o caminho da educação de jovens e adultos no Brasil, e sem seguida uma reflexão fundamentada, com base nos autores citados.

O artigo termina expondo as considerações finais sobre a análise dos dados e as reflexões sobre a educação de jovens e adultos no período ditatorial e pós-ditatorial no Brasil, bem como a postura do professor frente ao contexto social amplo e as perspectivas de mudança. São ressaltadas também as limitações e relevância deste trabalho.

CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é apresentar um breve contexto histórico dos aspectos legais e também conceituais relativos à educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil e, mais especificamente, durante o período de regime militar e na redemocratização. Os estudos sobre educação de jovens e adultos abordados neste artigo serão apenas de educação escolar formal, a reflexão não abrange o vasto caminho da EJA na educação profissional e cursos de capacitação, tampouco irá levantar questões sobre a educação informal e práticas cotidianas, que seguem fora do contexto de escolarização.

Segundo a proposta curricular do Ministério da Educação (MEC) o objetivo geral da EJA é desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não estão na idade escolar e como oportunidade sem distinção de etnia, e credo (BRASIL, 2002). Deste modo, é possível perceber que esse modelo de educação se constitui atualmente como democrático e para todos. Porém, nem sempre a realidade foi essa,

durante o período do Brasil Colônia a educação era responsabilidade da Igreja, sendo esta a mantenedora das práticas pedagógicas e responsável pela formação do cidadão.

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.190)

A práxis pedagógica exercida pelos jesuítas tinha um cunho evangélico e missionário e voltava-se exclusivamente para a catequização de índios e posteriormente de escravos negros. Esses ensinamentos permeavam o ensino de conhecimentos cotidianos necessários à organização da colônia; assim, os primeiros passos da EJA no Brasil, mesmo não tendo um caráter institucional, já evidenciam uma preocupação pela formação de mão de obra capacitada para executar os trabalhos; também há uma preocupação pela adequação dos alunos aos costumes que seriam impostos pelos colonizadores. A escola missionária assumia o papel de modificar a cultura dos índios e dos escravos e transformá-los de acordo com seus interesses. Posteriormente, essas escolas dos jesuítas serviram como escola de humanidade para os colonizadores e seus filhos.

Os jesuítas ficaram no Brasil até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, momento em que a escola passou a ter outro enfoque, que era caminhar juntamente com os interesses do Estado. Após a proclamação da independência, a Constituição Brasileira de 1824 no seu artigo 179 afirmava que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos” (SOARES, 2003, p. 8).

Assim, no período imperial, em teoria a escola constituía-se como uma instituição democrática, aberta a todos, porém, essa mesma instrução não favorecia às classes menos abastadas, ou seja, era para todos, mas ainda inacessível para alguns. Essa educação básica para todos tornava-se excludente, pois a sociedade imperial entendia que apenas uma parte da população poderia ser favorecida com essa educação, entendendo que apenas os membros de camadas mais abastadas poderiam ser considerados cidadãos; assim, se excluíam os negros, indígenas e grande parte das mulheres.

[...] no Brasil, na colônia e mesmo depois, nas primeiras fases do Império [...] é a posse da propriedade que determina as limitações de aplicação das doutrinas liberais: e são os interesses radicados na propriedade dos meios de produção colonial [...] que estabelecem os conteúdos específicos dessas doutrinas no país. O que há realmente peculiar no liberalismo no Brasil, durante este período, e

nestas circunstâncias, é mesmo a estreiteza das faixas de população abrangidas nos benefícios consubstanciados nas formulações universais em que os interesses dominantes se exprimem. (BEISIEGEL, 1974, p. 43)

Era de responsabilidade das províncias a educação das classes mais pobres enquanto que o império, apoiado por um ato institucional de 1834, se ocupava da educação das elites.

O pouco que foi realizado deveu-se aos esforços de algumas Províncias, tanto no ensino de jovens e adultos como na educação das crianças e adolescentes. Neste último caso, chegaríamos em 1890 com o sistema de ensino atendendo apenas 250 mil crianças, em uma população total estimada em 14 milhões. Ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta. Desta forma, as preocupações liberais expressas na legislação desse período acabaram por não se consubstanciar, condicionadas que estavam pela estrutura social vigente. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.108)

Deste modo, o que se nota é que a falta de incentivos e investimento na educação básica causou uma série de problemas, como altas taxas de analfabetismo presentes em todas as faixas etárias dos brasileiros. Na Constituição de 1891, o poder e a responsabilidade do Estado em relação à educação básica foram repassados para as províncias e para os municípios, enquanto que o Estado ficou responsável pelo ensino secundário e superior, repetindo a ação anterior de garantir a educação das elites.

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. (SOARES, 2003, p. 8)

A Constituição de 1891 resolveu que adultos analfabetos não poderiam participar das decisões políticas, como o voto, isso em um país onde a maioria da população era iletrada. O que torna a educação ainda mais excludente visto que a participação democrática era limitada e o acesso à escola era apenas para a elite. Mesmo diante da negligência do Estado com a educação, a primeira República foi desenhada por mudanças significativas e reformas na área da educação, onde se percebe uma preocupação, pelo menos no campo teórico, com o fracasso educacional da época. Mas, novamente, pouquíssimas foram as mudanças na prática, tendo em vista que o orçamento não garantia os investimentos necessários para uma ação efetiva.

O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta. Até

Educação de jovens e adultos no período ditatorial e pós-ditatorial no Brasil: uma breve análise dos programas de alfabetização e letramento

esse período, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso só viria a ocorrer em meados da década de 1940. Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.110).

Deste modo, mesmo com o número absurdo de adultos analfabetos no país não havia políticas específicas para a EJA, visto que essa tem suas próprias características que a diferem das outras modalidades de ensino. Esse cenário só se modificou após a promulgação da nova Constituição de 1934, que estabeleceu um Plano Nacional de Educação, onde ficaram determinadas as competências do Estado e dos municípios em relação à educação, reafirmando o direito à educação e também garantindo os investimentos necessários ao desenvolvimento do ensino.

Foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas as condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior. O Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.110).

Assim, pela primeira vez, a EJA teve um reconhecimento como uma modalidade de ensino com características próprias e desafios diferenciados e que não basta apenas reconhecer na teoria o direito à educação, é necessário garantir o acesso a ela das camadas que mais precisavam desse ensino, ou seja, as populares. Ainda visando à melhoria da educação básica voltada para jovens e adultos “instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário, onde 25% dos recursos deveriam ser aplicados num plano geral para o ensino supletivo destinado a adultos e adolescentes analfabetos”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111).

Também na década de 40 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI), tendo em vista o contexto social de avanço na indústria brasileira o objetivo era qualificar a mão de obra para servir à sociedade capitalista. Outro marco importante para a educação na década de 40 foi a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e também o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), cuja responsabilidade era o material didático para a EJA.

Assim, o governo de Getúlio Vargas foi marcado por essas e também por outras intensas mudanças no contexto educacional da EJA. Nesta época foi reconhecido o elevado analfabetismo e suas consequências para o desenvolvimento do país, e também foi garantido o direito ao acesso dos mais pobres à educação pública de qualidade com incentivos e investimentos necessários. “O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária” (SOARES, 1996, apud PORCARO, 2007, p.02).

Nos anos que sucederam, “a educação de jovens e adultos EJA foi entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como uma educação de base, articulada com “as reformas de base” defendida pelo governo popular/populista de João Goulart” (GADOTTI; ROMÃO, 2006, p. 36). Vários movimentos marcaram esse período (1958 a 1964) como o

Movimento de Educação de Base, da Conferencia Nacional de Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; e, finalmente em 1964 o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Nessa época foram reconhecidas as características próprias da EJA, que era tratada de uma maneira diferenciada nos planos de educação. Estavam sendo apoiadas as oportunidades para a educação de jovens e adultos e também a luta da classe trabalhadora por ter uma educação de qualidade.

Regime militar (1964 – 1984) e pós-redemocratização

Após o golpe militar de 1964, a classe trabalhadora e as camadas mais pobres perderam o apoio e o Plano Nacional de Alfabetização é interrompido, os coordenadores foram presos e os materiais apreendidos. O movimento de educação de base da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi sendo também interrompido não só pela repressão do Estado, mas também pela igreja católica “transformando-se na década de 1970 muito mais um instrumento de evangelização do que propriamente de educação popular” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Educação de jovens e adultos no período ditatorial e pós-ditatorial no Brasil: uma breve análise dos programas de alfabetização e letramento

Para o governo militar da época o método de alfabetização Paulo Freire não era conveniente ao modelo de cidadão que seria formado, pois este mesmo cidadão poderia, à luz da educação, questionar o sistema social no qual vivia. A preparação para o mercado de trabalho e o ensino técnico deveriam ser priorizados. Assim Freire, após sofrer perseguição política, ficou exilado quatorze anos no Chile.

O governo não queria de fato educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em cinco meses, como se propunha o governo (REFUFELS apud NISKIER, 1989, p. 371).

Nesse período, a educação tecnicista tomou conta das escolas de educação básica no Brasil, o interesse do governo era atender a demanda das fábricas e formar cidadãos passivos, copiando assim o modelo das fábricas que as torna burocratizadas e metódicas. “Como todo o processo que predominam práticas administrativas, a tendência tecnicista privilegia as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, intensificando a burocratização que leva à divisão do trabalho” (ARANHA, 1996, p. 183).

Pensando nesse tipo de educação, em 15 de dezembro de 1967 de acordo com a Lei nº 5.379 foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a alfabetização de jovens e adultos de 15 a 30 anos de idade. O principal objetivo do Mobral era

[...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população (CORRÊA, 1979 apud RANGEL, 2011, p. 14).

E os objetivos específicos eram

[...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979 apud RANGEL, 2011, p. 14).

Deste modo, o Mobral se distanciou da pedagogia defendida nos anos 40 e 50; a proposta era incluir as camadas mais populares e os marginalizados no processo de escolarização sem perder de vista os interesses ideológicos do Estado.

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna. (PAIVA, 1987, p. 99)

Em 1970 foi implantado pelo Mobral o Programa de Alfabetização e também o Programa de Educação Integrada (PEI), sendo um curso que hoje corresponde ao período do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, mas com um currículo mais reduzido. Essas medidas de ações e programas não tinham uma participação popular e nem debates com educadores a fim de manter a participação popular nas decisões.

Deste modo, o Mobral foi se solidificando e ganhando força com o passar dos anos. Pensava-se em uma continuação do Mobral e de seus programas e, de forma a assegurar sua continuidade, o Mobral modificou parte de seus objetivos, abrangendo não apenas a EJA, mas também a educação comunitária e a educação de crianças. “Com o passar dos anos, o MOBREAL se expandiu de forma tal que acrescentou outras atividades a seu antigo sistema. A experiência brasileira foi reconhecida pela UNESCO e sua importância realçada” (NISKIER, 1989, p. 368).

Em 1971 a Lei nº 5.692 regulamenta o ensino supletivo como forma de avanço da escolaridade básica de jovens e adultos; esse ensino visou o aperfeiçoamento, qualificação e profissionalização.

[...] o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

Assim, o ensino supletivo tinha a intensão de recuperar o atraso escolar, e formar mão de obra qualificada por meio de um novo modelo de escola. A certificação facilitada, tinha em vista uma educação menos formal e mais aberta.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo buscou suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA apud LOPES, 2004, p. 40).

O governo federal, portanto, com essas medidas buscou formas de democratizar o ensino e ampliar as oportunidades, principalmente visando atender às camadas populares, entretanto havia coerção e extinção de modelos educacionais que antecederam o golpe militar de 1964, acreditando que tais movimentos pudessem desestabilizar o governo. Assim, o Mobral e o Ensino Supletivo serviram de mediação do governo com a sociedade.

Redemocratização do Brasil e os novos caminhos para a educação de jovens e adultos

O Mobral teve seu fim no ano de 1985, o número de analfabetos no Brasil só crescia, eram cerca de 30 milhões; assim, o Mobral deu lugar à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar). Essa nova instituição tinha basicamente as mesmas funções, porém com ações diferentes e mudanças nos métodos.

Art. 1.º – A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, instituída pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do Art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente (BRASIL, 1985 apud NISKIER, 1989, p. 484).

Assim, logo após o fim da ditadura militar, o governo passou novamente para as mãos dos civis no ano de 1985, havendo mudanças em várias áreas da administração política, e essa transformação do Mobral na Fundação Educar representou apenas uma delas.

Sobre o contexto sociopolítico, o Brasil retomou várias instituições que antes tinham sido cassadas pelos militares, muitos exilados voltaram ao país e a liberdade de expressão ganhou mais força. A redemocratização do país acabou resultando em uma nova Constituição Federal (1988) onde os direitos políticos e participativos do povo passaram a ser reconhecidos e respeitados, e o papel do Estado passou a ser mais amplo, assegurando a gratuidade e a obrigatoriedade em ensino fundamental para todos. De acordo com o artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 99).

A nova política brasileira ao visar o desenvolvimento da cidadania, estabeleceu, portanto, que a participação democrática e a educação precisam caminhar juntas. Assim, houve maior autonomia dos governos estaduais e municipais, a atuação da Fundação Educar passou a estar subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, transformando em órgão o que antes era um agente de execução. Já em 1990, o presidente Fernando Collor de Mello extinguiu a Fundação Educar, visando reduzir os custos e lançou o Programa Nacional de Alfabetização (PNAC) o qual foi extinto anos depois pelo então presidente Itamar Franco.

Os índices de analfabetismo continuavam enormes do ponto de vista mundial, “em 1993 o Brasil estava na condição de um dos nove países que mais contribuem para o elevado número de analfabetos no planeta” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.120).

Diante do contexto político, a medida educacional mais expressiva, mas não muito inovadora para a educação de jovens e adultos foi no ano de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A nova LDB em seus textos garante a educação pública diferenciada que se adequa à realidade para jovens e adultos, tendo em vista sua condição e também “diminui a idade mínima para ingresso na EJA para 15 anos no ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, 120).

Alguns programas foram implantados na tentativa de melhorar a educação

[...] o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), [...] que tinha como objetivo reduzir as diferenças regionais do analfabetismo; O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), [...] voltado para trabalhadores rurais e assentados; E o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR) [...] consistia em uma formação complementar para a população trabalhadora economicamente ativa, visando melhoria da mão de obra. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 122).

Esses programas, mesmo com suas especificidades, visavam o desenvolvimento da educação de jovens e adultos das mais variadas regiões, o que se entende é que há uma preocupação do governo em, de fato, melhorar os índices educacionais baixíssimos que acompanham o Brasil desde o período colonial. Após a década de 90 e início dos anos 2000, o Brasil vem abrindo mais espaço para os debates e respeitando a heterogeneidade da educação de jovens e adultos. Ampliou-se a oferta de vagas, porém as condições não acompanharam o desenvolvimento das propostas, as escolas ainda carecem de infraestrutura de qualidade, os profissionais que atuam na EJA ainda não têm uma formação específica para este público.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), lançado no ano de 2003, tinha por objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, esse programa atribuiu a responsabilidade da educação não apenas ao Estado, mas também à sociedade em geral e às organizações privadas.

Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização (LOPES, 2004, p. 08).

A educação, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é de responsabilidade da sociedade como um todo, o que é claramente proposto pelo Programa Brasil Alfabetizado.

Metodologia

O enfoque de investigação foi o fenomenológico, pois ele parte de princípios ditos como verdadeiros e possibilita chegar a um resultado utilizando-se unicamente da razão, permite também uma análise mais profunda acerca da consciência dos sujeitos e também estuda a essência dos fenômenos, proporcionando uma descrição da realidade que vai além da explicação, mas sim uma interpretação.

Tem uma abordagem qualitativa, pois não procura medir os fenômenos estudados e nem emprega conceitos estatísticos dos eventos, mas envolve a realidade estudada com o contato direto com o pesquisador, permitindo que este compreenda os sujeitos segundo a realidade em questão

O presente artigo, quanto à coleta de dados, apresenta uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, pois ela avança tentando compreender um problema por meio de teorias já publicadas. A pesquisa bibliográfica serve:

- a) para ampliar o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação de hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema. (KOCHE, 1997, p.122)

Foram utilizados autores como Haddad (2000), Niskier (1989), Porcaro (2007), Aranha (1996), Gadotti e Romão (2006) e Soares (1996) com o objetivo de entender o contexto histórico da educação no Brasil. Foram utilizados como instrumentos para a pesquisa bibliográfica revistas digitais de educação, artigos científicos publicados em eventos, periódicos, livros dos autores citados e documentos oficiais, mais precisamente, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases e Bases da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a educação de jovens e adultos, desde a colonização até hoje, se percebe que o maior desafio é garantir uma aprendizagem de qualidade na qual o aluno da EJA tenha capacidade de entender o mundo e modificá-lo por meio dos estudos escolares. O analfabetismo é um vilão que acompanha os resultados escolares, bem como o fracasso escolar.

Entretanto, diante desse cenário, sempre foi reconhecida a necessidade de investir em educação e trabalhar pelo melhoramento das condições, foi reconhecido também o direito das camadas mais pobres em ter acesso a essa educação de qualidade, porém nunca foram feitos os investimentos necessários nem jamais se garantiu o acesso e a permanência do aluno dentro dos espaços escolares.

Por muitos anos, no regime militar, os alunos foram privados de uma educação transformadora por motivos ideológicos, após o golpe militar de 1964 os métodos de Paulo Freire foram erradicados e abriu-se espaço para o “famoso” Mobral, cujo objetivo era o controle absoluto da educação e da sociedade, bem como preparar mão de obra para atender as demandas da indústria tendo em vista uma educação puramente tecnicista.

Após a redemocratização política, houve várias tentativas de melhorar a educação de jovens e adultos, como os programas e a garantia legal prevista na LDB. Portanto, é importante destacar o papel que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, em seus mais diferentes contextos sociais e educacionais, tiveram nos mais diferentes contextos políticos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei 9.394/96**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro, 1979.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, 2000.
- KOCHE, Carlos José. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Vozes, 1997.
- LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: <www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2808433-Jovens-e-adultos-trabalhadores-pouco-escolarizados-no-brasil.html> Acesso em: 9 jun. 2018.
- SANTOS RIBEIRO, M.L. **História da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SOARES, L.J. **Os fóruns de educação de jovens e adultos: articular, socializar e intervir. Presença pedagógica**, Belo Horizonte, v.9, n.54, 2003.

_____. Leôncio José Gomes. **A Educação de jovens e adultos. Momentos históricos e desafios atuais.** Presença Pedagógica. v. 2, n.11, 1996.